

Crise estrutural do capital e crise estrutural da política: uma relação intrínseca

Edlene Pimentel

Universidade Federal de Alagoas

edleneps@uol.com.br

Resumen

Basado en las formulaciones teóricas de István Mészáros, este texto aborda los elementos más decisivos de la problemática de la crisis estructural del capital vivida en la actualidad, resaltando su vinculación al proceso de expansión y acumulación capitalista y su carácter destructivo que viene afectando a la humanidad en general. Se centra en las determinaciones esenciales de la crisis estructural de la política como parte integrante de la crisis estructural del capital, con repercusiones en las instituciones políticas, al provocar un proceso intenso de deshumanización en el mundo global. Esto revela que se está delante de una contradicción insoluble del sistema sociometabólico del capital.

Palabras clave

Sistema del capital, Crisis cíclica/periódica, Crisis estructural del capital, Crisis estructural de la política.

Abstract

This paper addresses the most crucial elements about the structural crisis of capital based on István Mészáros's theoretical formulations emphasizing its expansion connections, capital accumulation process and its destructive character that has affected the mankind in general. It also focuses on the essential determinations of political crisis structure as part of capital's structural crisis that affects political institutions causing an intense dehumanization process in the global world. This shows that we are facing an unsolvable contradiction from the socio-metabolic capital system itself.

Keywords

System of capital, Crisis Cyclic/Periodic, Structural crisis of capital, Political crisis structure.

Introdução

A história do desenvolvimento capitalista tem demonstrado que desde a consolidação do comando da produção pelo capital ocorreram sucessivas crises econômicas. No entanto, as crises econômicas aconteceram também nas sociedades pré-capitalistas, nas quais as alterações na produção desencadearam o empobrecimento e a miséria de amplas camadas da população. Nesse período histórico, as crises tinham como características principais a destruição dos produtores diretos, decorrente dos desastres naturais, a exemplo das grandes epidemias, entre elas a *peste negra*, que dizimou grande parcela da população, ou por catástrofes sociais oriundas das guerras. A carência dos bens indispensáveis à vida em sociedade foi o efeito imediato dessas crises, denominadas de crises de subprodução de valores de uso. Trata-se, portanto, da existência de crises fundadas na escassez, nas quais se verifica a redução da produção de mercadorias.

As crises capitalistas propriamente ditas, as denominadas crises cíclicas¹/periódicas, resultam da contradição entre produção e consumo; são decorrentes da estagnação provocada pela queda da taxa de lucros e da redução de níveis de produtividade. Além disso, desencadeiam a depressão expressa no desemprego e na conseqüente redução do padrão de vida da classe trabalhadora, porém não colocam em risco a expansão e a acumulação do capital. Desse modo, observa-se que as crises em geral fazem parte da natureza do capital, inexistindo problema ao se vincular o capital às crises.

No mundo capitalista de hoje, especificamente a partir da década de 70 do século XX, emerge a problemática de uma crise do capital (e suas expressões) que, em essência, se diferencia da crise cíclica. Tal crise, denominada por István Mészáros de crise estrutural do capital, vem se alastrando de modo global, atingindo tanto os países centrais como os periféricos.

Na tentativa de elucidar as raízes materiais da crise estrutural do capital, István Mészáros, professor *Emeritus* na Universidade de Sussex, Inglaterra, que foi colaborador de György Lukács, vem produzindo intensamente sobre o capitalismo contemporâneo. Sua obra *Para Além do Capital* (2002) obteve ampla repercussão no mundo, abordando importantes temas sobre as condições de produção na atualidade. Nela, defende a tese da incontornabilidade do sistema sociometabólico do capital, o qual apresenta um caráter destrutivo próprio de sua natureza. É nesse preciso sentido que busca apreender a tessitura causal da sociabilidade contemporânea, sua lógica interna alicerçada no poderoso sistema sociometabólico do capital, constituído por três dimensões

¹ Braz e Netto salientam que “entre uma crise e outra decorre o **ciclo econômico**, e nele podem distinguir-se quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge” (2006:159). Sobre as crises cíclicas, ver: Marx, 1996; Mandel, 1990; Mészáros, 2002; BRAZ & NETTO, 2006.

inseparáveis: capital, trabalho e Estado.

No percurso de suas argumentações, ressalta a existência de uma crise estrutural do capital, que “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Mészáros, 2002: 797), revelando-se como uma verdadeira crise de dominação que vem atingindo, de uma forma geral, o conjunto das relações humanas na atualidade.

As questões de ordem econômica, política e o caráter destrutivo decorrente dessa crise de superprodução trazem como consequência o processo crescente de desumanização, da desigualdade, da pobreza, do desemprego, da imigração² etc., com repercussões na vida social dos homens nesta sociabilidade. Diferentemente das crises cíclicas/periódicas, a crise estrutural do capital constitui uma ameaça à sobrevivência humana e à própria sobrevivência do capital.

Como parte integrante da referida crise, destaca-se a existência da crise estrutural da política, que por suas próprias características e determinações vem afetando o mundo, pondo em evidência seu caráter devastador, sem resolutividade nesta sociabilidade.

Para que se busquem as bases ontológicas geradoras da crise estrutural do capital, a pretensão é explicitar, nos limites deste artigo, como Mészáros apreende a crise que este sistema atravessa nos dias de hoje, originada em seu processo de reprodução sociometabólica. Particularmente, interessa pontuar alguns elementos que permitam apreender a essência da crise estrutural da política e seus desdobramentos, que de modo geral tem sido alvo de debates por parte dos intelectuais, dos governantes, dos movimentos sociais, entre outros. Nesse sentido, serão delimitadas suas principais características e contradições existentes na presente sociabilidade.

O Caráter Destrutivo da Crise Estrutural do Capital

Em seus escritos, Mészáros chama a atenção para a existência de dois tipos de crise no capitalismo: as crises cíclicas/periódicas e a crise estrutural, revelando suas principais características. A crise periódica de 1929-1933,

² Não há dúvidas de que o mundo global está sendo atingido por uma crise econômica da maior gravidade, a denominada crise estrutural do capital. Basta observar os dados econômicos divulgados diariamente. Além da retração econômica, da queda da produtividade, das demissões em massa, que geram altos índices de desemprego e pobreza, outro efeito dessa crise é o processo de imigração europeia. Segundo dados do “*El País*” (2015): “Quase 57.3000 imigrantes irregulares chegaram à Europa no primeiro trimestre de 2015. Esse número representa praticamente o triplo do mesmo período de 2014, ano em que foram quebrados todos os recordes, inclusive os atingidos durante as *primaveras árabes*”. Tudo isso tem levado a uma aversão e a um ataque frontal dos países aos imigrantes e às minorias étnicas, mediante a adoção de políticas mais duras de imigração, desencadeando um processo de desumanização sem precedentes.

por mais severa e prolongada que tenha sido, afetou um número limitado de dimensões complexas de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião. Mas, antes que essas potencialidades pudessem ser desenvolvidas completamente, alguns importantes anacronismos políticos precisaram ser eliminados, o que se percebeu durante a crise com brutal clareza e implicações de longo alcance (Mészáros, 2002: 803).

Por outro lado, apesar de todo o dano e sofrimento causados às massas em geral, e mesmo caracterizada como uma grande crise, ela não podia ser considerada uma “crise *estrutural*”, por deixar um grande número de opções abertas para a continuada sobrevivência do capital, bem como para a sua recuperação e sua reconstituição mais forte do que nunca em uma base economicamente mais saudável e mais ampla” (2002: 793). Quando ocorriam as crises cíclicas, eram consideradas como “anormalidade” do sistema e se alternavam com longos períodos de crescimento consecutivo e um produtivo desenvolvimento. Hoje, diante das atuais condições, elas podem se tornar “a normalidade do ‘capitalismo organizado’” (2002: 697).

Nosso autor considera a crise de 1929-33 como sendo uma “crise de realização”, isto porque, comparado ao período do pós-guerra, havia um nível muito baixo de produção e consumo. Então, por não ser uma crise global do capital, proporcionou estímulo e “pressão necessários para o realinhamento de suas várias forças constituintes, conforme as relações de poder objetivamente alteradas” (2002: 805-6), contribuindo assim para o desenvolvimento das potencialidades do capital, inerentes à sua ‘totalidade intensiva’.

Essa crise, *externamente*, expressou:

(1) “uma mudança dramática do imperialismo multicentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global” que sob o domínio norte-americano transformou-se num sistema muito mais “dinâmico” e “economicamente mais viável e integrado”; (2) a instituição do Sistema Monetário Internacional e de outros órgãos de fundamental importância para a regulamentação das relações entre os capitais, agora muito mais “racionais” do que existia “à disposição da estrutura multicentrada”; (3) “a exportação de capital em grande escala” e juntamente com ela a “perpetuação efetivada da dependência e do subdesenvolvimento imposto” e o “repatriamento” de forma segura, em larga escala, de “taxas de lucro” absolutamente impensáveis nos países de origem e (4) “a incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas” (2002: 806).

Sob outro aspecto, *interiormente*, a história do êxito do capital até esse período poderia ser narrada do seguinte modo:

(1) utilização de várias formas de intervenção estatal com vistas à expansão do capital privado; (2) o processo de estatização, no qual se verifica a “transferência de indústrias privadas falidas”, mas fundamentais, para a esfera pública, e “sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado”, transformando-as novamente em “monopólios ou quase-monopólios privados”, logo após terem se tornado de novo “altamente lucrativas pela injeção de fundos volumosos financiados pela tributação geral”; (3) implementação e desenvolvimento de uma

economia de “pleno emprego” durante o período da guerra estendendo-se por um bom tempo, alcançando um grande sucesso; (4) no plano da “economia de consumo” houve uma “larga abertura de novos mercados e ramos de produção” com uma força amplamente distendida, junto com o sucesso do capital em criar e manter padrões extraordinariamente esbanjadores de consumo, principal razão da existência dessa economia (2002: 806).

Para complementar todas essas realizações, tanto no que se refere ao seu peso econômico, como quanto ao seu significado político, foi instituído um enorme “complexo industrial/militar como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal: com isso, simultaneamente, o isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado” (2002: 806). Com efeito, apesar do valor intrínseco dessas realizações e de todos os problemas nelas contidos, não deixou de haver uma autoexpansão do capital, favorecendo a continuidade de sua existência.

A crise do capital que a humanidade vem experimentando na atualidade e que emergiu na década de 1970 é uma crise estrutural resultante de três dimensões essenciais: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Na ocorrência de uma crise desse porte, seus componentes destrutivos “avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma de fazer prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (2002: 100). Significa dizer que o capital, por sua própria natureza antagônica, é incapaz de adaptar-se por muito tempo a ajustes anteriormente utilizados para manter um equilíbrio dentro das “condições de ‘normalidade’ de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente determinadas” (2002: 100). Suas tendências consistem no fortalecimento e na ampliação por algum tempo, fornecendo as condições internas necessárias à reprodução dinâmica do capital, numa escala cada vez mais ampliada.

A novidade histórica da crise capitalista atual reside em que:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (2002: 796, grifo do autor).

Todavia, mesmo que os tradicionais mecanismos de administração das crises e ainda o deslocamento temporário das crescentes contradições possam perder sua força, isso não

significa a impossibilidade de convulsões violentas. O frequente jogo entre os mecanismos crescentes de controle utilizados e sua decrescente eficácia só demonstra um indício do aprofundamento e da severidade da crise estrutural.

Ressalta-se agora o caráter destrutivo que acompanha as crises socioeconômicas e políticas que a humanidade tem experimentado no decorrer do século XX, principalmente por ocasião das duas grandes guerras mundiais. Diante dessas experiências, não é difícil vislumbrar o que uma crise *sistêmica* ou mesmo uma crise *estrutural* pode desencadear: uma crise que afete o sistema do capital global “não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (2002: 100).

Segundo Mészáros,

o capital *já* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma auto-restrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudessem prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de auto-expansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los (2002: 100).

Essa característica, típica da incontrolabilidade do capital, era um dos fatores mais importantes para assegurar o “avanço irresistível do capital” e alcançar sua “vitória final”, apesar de que, no decorrer da história, “o modo de controle metabólico do capital constituiu a *exceção*, e não a regra” (2002: 100). Pensando bem, historicamente, o capital apareceu como força “estritamente *subordinada*”. O mais grave é que, em virtude da subordinação necessária do *valor de uso* –, “ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências da auto-expansão e acumulação, o capital em todas as suas formas tinha de superar também a abominação de ser considerado, por muito tempo, a forma mais ‘antinatural de controlar a produção de riquezas’” (2002: 100).

Foi graças a sua incontrolabilidade que o capital conseguiu vencer todas as barreiras que se lhe apresentaram como objeção, independentemente do “poder material delas e de quanto eram absolutizadas em termos do sistema de valor prevalecente na sociedade” (2002: 101). Com isso, conseguiu elevar o seu modo de controle metabólico ao poder de dominação absoluta, como um sistema global plenamente ampliado. As implicações desse domínio representam um grande perigo para a humanidade, já que o capital na sua sede de expansão e acumulação arrasta consigo o espectro da crise e da destruição.

Na atualidade, verifica-se que o capital, como sistema de controle sociometabólico, traz como sua determinação mais profunda “o processo de expansão e de acumulação, fundamentado na extração máxima de trabalho excedente, subordinando todas as funções de reprodução social à exigência absoluta da sua própria expansão” (2002: 102). Assim, para que o capital possa alcançar seus objetivos, de acumular e expandir-se cada vez mais, ele deve exercer um absoluto domínio sobre todos os seres, da maneira mais desumana possível, quando estes deixarem de se adequar aos seus reais interesses e ao seu ímpeto para a acumulação.

A presente crise estrutural do capital manifesta-se como uma crise de dominação; seu caráter devastador tem afetado todas as esferas de atividade, assim como todo o conjunto das relações humanas. A forma de ser do capital, materializada na extração máxima de trabalho excedente, subordinando todas as funções de reprodução social à exigência absoluta da sua própria expansão, tem de ser compatível com seus limites estruturais, e atualmente não pode ser recriada nem pela pura repressão, nem pelos instrumentos manipulatórios, dadas as condições de acumulação vigentes.

Portanto, não há justificativa para o sistema “manter milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*” (2002: 801) Assim se revela o absurdo dessa dominação sociometabólica expressa na crise. O mesmo acontece em outros âmbitos da esfera humana, nos quais reinam os conflitos de gerações, a negação de oportunidade de trabalho para milhões de homens, a pressão da aposentadoria precoce para outros, a destruição da família, a exploração da mão de obra feminina, o desemprego crônico, enfim, a exacerbação da desigualdade e, conseqüentemente, um processo de desumanização e pauperização crescente das massas populacionais, que se explicita e põe em xeque qualquer justificativa para a desumanidade e exploração do excedente, além do suportável historicamente em momentos precedentes.

Com as transformações ocorridas no decorrer do século passado, observa-se que o capital se alastrou e dominou todos os cantos da Terra, penetrando também nos países subdesenvolvidos, agravando cada vez mais os seus problemas. Apesar da riqueza material gerada pelo processo, “ele não teve capacidade suficiente para solucionar os problemas que os indivíduos têm de enfrentar no cotidiano de suas vidas” (Pimentel, 2012: 62). A tão propalada promessa de modernização, após décadas de intervenção, só intensificou a pobreza, a inflação, a dívida crônica e a dependência estrutural.

Os efeitos destrutivos da crise estrutural do capital tornam-se visíveis nos mais diversos âmbitos da sociabilidade capitalista. No terreno da produção agrícola, por exemplo, tem-se a existência de trilhões de pessoas condenadas à fome, vítimas das políticas agrícolas comuns que são fundadas com o objetivo de assegurar o desperdício institucionalizado em função dos lucros, sem em momento algum se importar com as conseqüências advindas dessas políticas. Nesses termos, a sobrevivência humana não tem a menor importância, pois, para que o capital possa garantir sua lógica autoexpansionista, a natureza e os seres humanos não passam de meros fatores de produção.

Diante da atual crise estrutural, imaginar a possibilidade de encontrar *remédios duradouros e soluções permanentes* para ela torna-se algo problemático, visto que essa forma de pensar “não conta com absolutamente nada para respaldar o *sonho inviável* de perseguir a ‘linha de menor resistência’ quando isso não é mais possível” (Mészáros, 2002: 807). Portanto, as condições para administrar a crise estrutural do capital estão diretamente vinculadas a algumas contradições internas muito importantes que afetam tanto os problemas internos dos vários sistemas envolvidos quanto as relações existentes entre elas.

Em síntese, os problemas seriam:

as contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sobre o controle direto ou indireto do “complexo industrial militar” e do sistema de corporações transnacionais; as contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital; as rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial e as dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à Ásia Oriental, da América Central à do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados” (2002: 808).

Dadas essas condições, torna-se inviável a geração de recursos para a expansão econômica através da “realocação de uma parte importante da despesa militar para medidas e propósitos sociais” (2002: 809). Todavia, a constante frustração dessas esperanças “resulta tanto do imenso peso econômico e do evidente poder estatal do complexo industrial-militar como do fato de que este complexo é antes manifestação e efeito, do que causa das profundas contradições estruturais do capital ‘avançado’” (2002: 809). Certamente, a existência do complexo industrial-militar funciona como uma causa contribuinte e não como uma causa que dá origem a essas contradições. Na medida em que desloca “temporariamente duas poderosas contradições do capital ‘superdesenvolvido’, o complexo industrial-militar desempenha com muita eficácia duas funções essenciais: a primeira consiste na “transferência de uma porção significativa da economia das incontrolláveis e traiçoeiras forças do mercado para as águas seguras do altamente lucrativo financiamento estatal”; a segunda é “deslocar as contradições devidas à *taxa decrescente de utilização*”, que se evidenciaram dramaticamente durante as últimas décadas de desenvolvimento nos países de capitalismo avançado” (2002: 809).

É por esses motivos que enquanto não se encontrar uma alternativa estrutural para lidar com os nexos causais das contradições “[...] que foram deslocadas com sucesso, a esperança de uma simples realocação dos recursos prodigiosos, agora investidos no complexo industrial-militar, fatalmente será anulada pelas determinações causais prevaletentes” (2002: 809). Vale salientar que isso também é válido para os problemas insolúveis dos países que vivem na condição de um ‘subdesenvolvimento’ forçado, ou seja, os do Terceiro Mundo.

Assinala Mészáros:

Se a condição para solucionar a crise estrutural estiver associada à solução dos quatro conjuntos de contradições (...), do ponto de vista da contínua expansão global e da dominação do capital, a perspectiva de um resultado positivo está longe de ser promissora. Pois é muito remota a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos relativamente limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto. O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles

resultantes de uma relativa “reversão positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital (2002: 810).

De qualquer maneira, a razão que faz todos esses problemas se tornarem cada vez mais graves é que as questões que a humanidade vem enfrentando na atual fase do desenvolvimento histórico não têm como ser evitadas pelo “sistema do capital dominante nem por qualquer alternativa a ele” (2002: 220). Por causa das “incertezas do momento histórico, esses problemas surgiram com a ativação dos limites absolutos³ do capital e não podem ser devidamente superados, nem se pode esperar que sua gravidade deixe de existir como por encanto” (2002: 220). Pelo contrário, eles continuam como uma forma de exigência de uma “ação corretiva” de grande alcance dos mais variados processos de reprodução da humanidade, que não pode ser adiada durante o tempo em que o círculo vicioso da atual incerteza histórica do capital não for terminantemente relegado ao passado. Esse estado de coisas leva Mézáros a afirmar que:

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase de ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para debaixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa de produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação (2002: 92).

Na realidade, chega-se ao ponto em que as promessas não cumpridas feitas pela burguesia capitalista devem ser totalmente esquecidas e “determinados ganhos alcançados pela classe trabalhadora em países capitalistas avançados devem ser negociados de maneira que possam assegurar a manutenção da ordem socioeconômica e política vigente” (Pimentel, 2012: 63). Todas as medidas criadas até agora na tentativa de tratar esse profundo defeito estrutural só tendem a agravar a situação. Isso significa que o capital, por causa da sua natureza antagônica, não mais possui o poder necessário para adaptar-se por muito tempo aos ajustes antes utilizados a fim de manter o “equilíbrio”, como acontecia quando da existência das crises cíclicas.

Nesse sentido, homens e mulheres se defrontam com as consequências desumanizadoras do capital advindas das suas próprias contradições e com a crise progressiva desse sistema de dominação. A crise estrutural do capital, com suas contradições, também afeta diretamente as instituições políticas e o campo da política propriamente dito, resultando numa crise estrutural da política.

³ Para Mézáros, “a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’” (2002: 220). Já os limites relativos “são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital (2002: 175).

A Crise Estrutural da Política e seus Desdobramentos

As expressões de uma crise estrutural podem ser reconhecidas tanto em suas dimensões internas quanto nas instituições políticas. Diante da instabilidade das condições socioeconômicas atuais, há a necessidade de novas ‘garantias políticas’ muito mais poderosas, que não podem ser proporcionadas pelo Estado. Desse modo, o “desaparecimento ignominioso do Estado de bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que a *crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da ‘política de consenso’ há bem mais de duas décadas” (Mészáros, 2002: 800).

Com o advento da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, Mészáros alerta para os últimos acontecimentos ocorridos desde lá, que vêm se estendendo pelo século XXI, demonstrando claramente a impossibilidade de sua resolutividade no campo da política, que constitui, no seu modo de pensar, um verdadeiro “fracasso social”. Exemplos dessa situação são problemas como a fome e a desnutrição no Brasil, que vêm se arrastando por sucessivos governos e que também persistem no mundo, com consequências devastadoras para a humanidade.

Como acontece corriqueiramente, em termos do discurso político tradicional, tais dificuldades podem ser atribuídas a “contingências políticas corrigíveis de forma mais ou menos fácil, postulando assim como remédio mudanças de pessoas nas oportunidades eleitorais seguintes e estritamente dentro da ordem” (MÉSZÁROS, 2009:1). Na verdade, esta não seria uma explicação razoável, porque a *teimosa persistência* dos problemas em evidência com suas consequências desumanas aponta para uma série de articulações com raízes mais profundas que vão além de meras promessas de um discurso político.

Daí por que o desafio consiste em enfrentar “as *causas e determinações estruturais* subjacentes às quais, pela força da inércia, tendem a descarrilar muitos programas políticos concebidos para a intervenção correctiva” (2009:1). O problema é que: “A descarrilá-los até mesmo quando na origem os autores de tais programas admitem que o estado de coisas existente é insustentável” (2009:1).

Outro problema considerado pelo nosso autor como perigoso para a humanidade é a *chantagem nuclear*. Em outubro de 1999, numa palestra proferida em Atenas, ele já mencionava o fato de que:

Com toda a probabilidade, a forma final de ameaçar o adversário no futuro – a nova “diplomacia da canhoneira”, exercida a partir do “ar patenteado” – será a *chantagem nuclear*. Mas o seu objectivo seria análogo àquele do passado, ao passo que a modalidade contemplada só poderia sublinhar a indefensabilidade de tentar impor deste modo a racionalidade extrema do capital sobre as partes recalcitrantes do mundo (2009:1-2).

Àquela altura, esclarecia que estas “práticas potencialmente letais de fazer política do imperialismo hegemônico global” (2009:2) se transformaram em parte integral da concepção estratégica neoconservadora admitida pelo governo dos EEUU. De lá pra cá a situação piorou bastante. Basta verificar o problema que ocorreu no Irã em 2009, em

que se foi envolvido numa fase de planeamento real de uma “rota de ação” que poderia ameaçar não só aquele país, mas toda a humanidade com um possível desastre nuclear. A estratégia mais comum utilizada quando publicam essas ameaças é “nem confirmá-las nem desmenti-las” (2009:2). No entanto, os indivíduos não podem ser ludibriados com esse tipo de truque. Foi essa situação de ameaça de um desastre nuclear que levou um grupo de renomados físicos americanos, entre eles cinco Prêmios Nobel, a escrever uma Carta Aberta em sinal de protesto ao governo Bush.

Diante de tais acontecimentos, Mészáros indaga:

Estarão as legítimas instituições políticas das nossas sociedades em posição de rectificar as situações mais perigosas através da intervenção democrática no processo real de tomada de decisão, tal como o discurso político tradicional continua a reassegurar-nos, apesar de toda a evidência em contrário? (2009:2).

Só os mais otimistas ou os ingênuos poderiam acreditar nesse estado de coisas “feliz”. Foi assim que as principais potências ocidentais embarcaram sem nenhum impedimento em guerras devastadoras, utilizando mecanismos autoritários sem consultar seus povos sobre assuntos da maior gravidade, deixando a cargo da estrutura do direito internacional e de seus respectivos órgãos a tomada de decisão das Nações Unidas. Assim, os EUA se sentem no direito moral de atuar conforme lhes agrada, chegando ao ponto de utilizar armas nucleares de forma antecipada ou até mesmo preventiva contra todos os países que queiram, como guardiães da “democracia e da liberdade”, sendo seguidos e apoiados de forma submissa nas suas ações ilegais pelas “grandes democracias”. Verifica-se assim a “idealização gratuita das presunções absurdas do “tremendo poder” dos EUA e a correspondente projecção da ‘globalização’ como sendo a dominação nua da América, reconhecendo abertamente que os seus meios são ‘*morte e destruição*’” (2009:3).

O mais intrigante é a constatação de que em assuntos demasiadamente importantes, especialmente aqueles que podem ocasionar a destruição da humanidade, observa-se “nos mais altos níveis de tomada de decisão política nos EUA um consenso absolutamente perverso” (2009:4). Isto é verdadeiro apesar dos rituais periódicos das eleições para a presidência assim como para o Congresso, onde é suposto oferecerem-se alternativas reais. Contudo, as diferenças afirmadas em tais assuntos vitais são, em regra, apenas pretensas diferenças.

Comentou Mészáros em dezembro de 2002 que, muito antes da invasão do Iraque,

o presidente democrata Clinton adoptou as mesmas políticas que seu sucessor, ainda que de forma mais camuflada. Relativamente ao candidato presidencial democrata, Al Gore, ele declarou que apoiou sem reservas a guerra planeada contra o Iraque porque tal guerra não significava uma “mudança de regime”, mas apenas “o desarmamento de um regime que possuía armas de destruição em massa” (2009: 4)⁴.

⁴ Ver MÉSZÁROS, István, 2003. *O século XXI, socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo.

Tal atitude faz lembrar também que Bill Clinton foi o primeiro presidente americano a bombardear o Afeganistão.

Mészáros salienta ainda que, lamentavelmente, os EUA não são o único país que deve ser caracterizado como “*um sistema unipartidário com duas alas de direita*”, conforme descreveu ironicamente o célebre escritor e crítico americano Gore Vidal. Na sua percepção, o Reino Unido (ou Grã Bretanha), que vem se autopromovendo como o país “mãe da democracia” devido à histórica Carta Magna, à época de Tony Blair se habilitou a essa mesma condição dos poderosos EUA. Exemplo disso é que “A guerra do Iraque foi carimbada no Parlamento Britânico quer pelo Partido Conservador quer pelo “New Labor”, com a ajuda de mais ou menos óbvias manipulações e violações legais” (2009:5).

Diante desses acontecimentos, Mészáros afirma: “As consequências desta forma de regular os intercâmbios políticos e sociais são de longo alcance. De facto, elas podem ter implicações devastadoras para as alegadas credenciais democráticas de todo o sistema legal” (2009:5). No entanto, essa forma de manipular e violar as leis internas e internacionais como meio para justificar o injustificável suscita graves perigos até para as condições constitucionais mais simples.

As mudanças negativas – a remoção do escrutínio legal vital e das salvaguardas do quadro político e legal dos seus “aliados” – não podem ser confinadas ao contexto (imposto pelos EUA) internacional. Elas tendem a pôr em causa a constitucionalidade em geral, com consequências incontroláveis para a operacionalidade do sistema legal interno dos “aliados voluntários”, subvertendo as suas tradições políticas e legais. A arbitrariedade e o autoritarismo podem levar à loucura como resultado de tais mudanças altamente irresponsáveis, que não hesitam em arruinar até mesmo a constituição estabelecida (2009:6).

Esses tipos de arbitrariedade “legal” e “autoritária” têm povoado o mundo global capitalista. No entanto, os problemas mais graves que precisam ser urgentemente solucionados foram deixados de lado. Alguns deles vêm se arrastando há muitas décadas, infligindo sofrimento e sacrifícios a milhares de pessoas. Conforme já advertiu Mészáros, “não podemos atribuir os problemas crônicos dos nossos intercâmbios sociais a mais ou menos facilmente corrigíveis contingências políticas” (2009:7); deve-se, na realidade, descobrir o “porquê” relativo aos problemas reais substantivos. Para tal fim, “é necessário investigar as causas sociais e as determinações estruturais nas raízes das perturbadoras tendências negativas na política e na lei, de forma a se poder explicar a sua teimosa persistência e o seu agravamento actual” (2009:7).

Resulta daí a importância de atentar para as diferenças relevantes entre os dois tipos de crise abordados no item anterior, pois é claro que a forma de lidar com uma crise estrutural não pode ser analisada em termos de categorias de uma crise periódica ou conjuntural.

Um ponto principal antecipado por Mészáros é que a política se refere à diferença crítica entre dois tipos de crise visivelmente contrastantes em questão. Portanto, cabe observar o “facto de que uma crise periódica ou conjuntural evolui e é mais ou menos

resolvida com êxito *num* determinado enquadramento político, enquanto a crise fundamental afecta aquele enquadramento em si mesmo na sua totalidade” (2009:8).

A distinção entre crise periódica e crise estrutural não é simplesmente um problema da aparente severidade desses dois tipos de crise. Como já foi visto, uma crise cíclica/periódica pode ser “dramaticamente severa”, a exemplo da Grande Crise Econômica Mundial de 1929-1933, e ter a capacidade de encontrar a solução nos parâmetros de um determinado sistema.

Interpretar de modo equivocado a severidade de uma crise conjuntural como se ela fosse uma crise sistêmica fundamental, nos moldes como Stalin e os seus conselheiros fizeram à época da citada crise, “está condenado a levar a estratégias erradas e na verdade voluntaristas, como declarar a social-democracia como sendo a ‘principal inimiga’ no início dos anos 30, o que apenas poderia reforçar, como de facto tragicamente aconteceu, as forças de Hitler” (2009:8).

Em sentido contrário, “o caráter ‘não explosivo’ de uma crise estrutural prolongada em contraste com as ‘tempestades e trovões” (MARX apud MÉSZÁROS, 2009:8), através dos quais podem ser resolvidas, também pode levar a estratégias mal planejadas, resultantes da má interpretação da ausência de “trovões”, como se isso fosse “[...] a prova esmagadora de uma estabilidade indefinida do ‘capitalismo organizado’ e da ‘integração da classe trabalhadora” (2009:8).

Esse tipo de interpretação altamente fomentada pela ideologia dominante sob a aparente capa de “objetividade científica” só reforça o posicionamento dos que representam a “aceitação auto-justificante de abordagens reformistas acomodatórias nos institucionalizados – anteriormente genuinamente de oposição – partidos e sindicatos da classe trabalhadora” (2009:8). Alerta ainda para o fato de que até entre os críticos mais profundamente comprometidos, “a mesma má interpretação relativamente à perspectiva indefinidamente livre de crise da ordem estabelecida pode resultar na adoção de uma *postura defensiva auto-paralisante*, como testemunhámos no movimento socialista nas últimas décadas” (2009:8).

Não se pode entender a crise *política* dos dias atuais sem o enquadramento social mais amplo do qual a política é parte integrante. Significa dizer que para se apreender a natureza da crise que persiste e o aprofundamento da política no mundo de hoje, há que voltar a atenção para a crise do capital que se prolonga desde 1970, caracterizada como uma crise estrutural universal.

Como já mencionado, as características que definem uma crise estrutural do capital podem assim ser resumidas assim: seu caráter universal, abrangendo todas as esferas do sistema; um *alcance* verdadeiramente global, atingindo a totalidade dos países; uma escala de tempo extensa, contínua; e um “modo rastejante” de se desdobrar. Isso significa que ela afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com seus subcomplexos com os quais está interligado.

Em oposição, uma crise não estrutural só afeta algumas partes do complexo e não coloca em perigo a sobrevivência do capital. Ademais, o deslocamento das contradições só é possível de ser realizado quando a crise é parcial, relativa e pode ser controlada internamente pelo sistema, exigindo mudanças consideradas significativas no interior do próprio sistema relativamente autônomo. O problema é que, diferentemente de uma

crise conjuntural, uma crise estrutural põe em risco a própria existência do complexo global, requerendo a sua substituição por algum complexo alternativo. Daí por que a preocupação da crise estrutural não é com os limites imediatos, senão com os “derradeiros” limites de uma estrutura global.

Levando em consideração a inevitável, “complexa e prolongada natureza da crise estrutural, a desdobrar-se em tempo histórico num sentido de época e não episódico/instantâneo, é a *inter-relação cumulativa* do todo que decide a questão, ainda que sob a falsa aparência de ‘normalidade’” (2009:10). Na verdade,

sem apreendermos as conexões sistémicas globais e as implicações dos eventos específicos e os seus desenvolvimentos, perdemos de vista as mudanças realmente significativas e as correspondentes alavancas de potencial intervenção estratégica para afectá-las positivamente, no interesse da necessária transformação sistémica (2009:10).

Observa-se que a crise estrutural dos dias atuais também se manifesta no domínio da política. Isso porque a política, conjuntamente com seu enquadramento legal correspondente, ocupa uma posição de suma importância no sistema do capital. Argumenta nosso autor que:

Isto se deve ao facto de o estado moderno ser a *estrutura de comando político totalizadora do capital*, exigida (enquanto a ordem reprodutiva agora estabelecida sobreviver) de forma a introduzir algum tipo de *coesão* (ou uma unidade de funcionamento eficaz) – mesmo numa bastante problemática e periodicamente avariada – dentro da multiplicidade de *constituintes centrífugas* (o “microcosmos” produtivo e distributivo) do sistema do capital (2009:10).

Importa ressaltar que esse tipo de coesão só pode ser *instável*, porque depende da *relação de forças*, que tem uma natureza mutável. Quando essa relação de forças é rompida, ela precisa ser reconstruída de alguma maneira para que possa corresponder a uma nova relação de forças, até que seja novamente rompida. Como algo rotineiro, isto se repete por muitas vezes.

Nesse sentido, Mézáros afirma que:

Esta espécie de dinâmica problematicamente auto-renovadora aplica-se tanto *internamente*, entre as forças dominantes de países específicos, e *internacionalmente*, exigindo reajustamentos periódicos de acordo com as relações de forças cambiantes entre a multiplicidade de estados na ordem global do capital. Foi assim que o capital dos EUA pôde adquirir o seu domínio global durante o século XX, em parte através da dinâmica interna do seu próprio desenvolvimento, e em parte através da imposição progressiva da sua superioridade imperialista sobre as enormemente enfraquecidas potências imperialistas anteriores – sobretudo a Grã-Bretanha e a França – durante e após a Segunda Guerra Mundial (2009:10).

A esse respeito, Mézáros observa que a grande questão é: “por quanto tempo pode este tipo de quebra e de reconstrução da coesão em funcionamento do sistema dado ser executado sem activar a crise estrutural do capital?” (2009:10).

Já em relação ao papel da política na “reconstituição da coesão necessária”, ela sempre

foi grande no sistema do capital. Isso porque um determinado sistema não poderia ser mantido sem a referida coesão, já que ele teria tendência a “desfazer-se em pedaços sob a força centrífuga das suas partes constituintes” (2009:10).

Para Mézáros:

O que aparece em geral sob a normalidade do capital como uma grande *crise política*, num sentido mais profundo deve-se à necessidade de produzir uma nova coesão ao nível societário global, de acordo com as materialmente modificadas – ou em modificação – relações de forças. Assim, por exemplo, as tendências *monopolizadoras* do desenvolvimento não podem ser simplesmente deixadas a si próprias sem provocar enormes problemas por toda a parte. Elas devem ser de alguma forma trazidas para um enquadramento relativamente coeso através da política – a estrutura de comando totalizadora do capital. Isto deve ser feito mesmo se os passos regulatórios adotados como demonstração muitas vezes não passam senão de uma flagrante racionalização e justificação ideológica da nova relação de forças, a ser ainda mais favorável às corporações monopolistas (ou quase-monopolistas) como determina a tendência subjacente. Naturalmente, os desenvolvimentos monopolísticos internacionais têm lugar com base na mesma espécie de determinações (2009:11).

Com isso, observa-se que todos esses processos, em princípio, são compatíveis com a normalidade do sistema do capital, sem necessariamente desencadear uma crise estrutural do capital, e tampouco a crise estrutural da política. Importa observar que em relação à crise, há ainda *a crise na política*, ou seja, “crises específicas que se desdobram e se resolvem por si próprias dentro dos parâmetros administráveis do sistema político estabelecido – e não sobre a crise *da política*” (2009:11).

A esse respeito, as instituições políticas têm a função de administrar e até mesmo criar uma rotina de uma forma mais conveniente e duradoura para restabelecer a coesão social necessária, em consonância com os contínuos desenvolvimentos materiais e com a “relação de forças cambiante”, ativando assim o arsenal cultural e ideológico disponível para aquela finalidade. Desse modo, “nas sociedades democratas capitalistas, este processo de domínio político é habitualmente gerido na forma de *eleições parlamentares periódicas* mais ou menos contestadas genuinamente” (2009:12).

Mesmo com toda a mitologia veiculada em causa própria sobre a “globalização universalmente benéfica”, isto fica cada vez mais difícil à medida que o sistema capitalista torna-se cada vez mais globalmente entrelaçado. A consequência disso é que se devem desenvolver mudanças significativas que resultam em graves consequências por toda a parte. Isto se deve ao fato de que a preocupação básica do país esmagadoramente dominante, os Estados Unidos, é manter o controle sobre o sistema capitalista global, através do absoluto poder do “imperialismo hegemônico global”.

No entanto,

tendo em conta os custos materiais e humanos proibitivos envolvidos, que têm de ser pagos de uma forma ou de outra, este desígnio de dominação global inevitavelmente traz consigo imensos perigos assim como a resistência implícita, não só internacionalmente mas também internamente. Por esta razão, a fim de manter o controle autoritário sobre o sistema do capital como um todo, sob as condições de uma crise estrutural em aprofundamento inseparável da globalização capitalista no nosso tempo, as inconfundíveis tendências

autoritárias têm de se intensificar não só no plano internacional, mas também dentro dos países imperialistas dominantes, de forma a subjugar toda a provável resistência. As graves violações da constitucionalidade a que já assistimos nos Estados Unidos e no enquadramento legal/político dos seus aliados próximos, e o que provavelmente assistiremos mais no futuro, como pressagiado nas medidas e cláusulas legais codificadas até à data, ou ainda sob uma enviesada “consideração” particularmente no pipeline legislativo cinicamente manipulado, são indicações claras desta tendência perigosa, sob o impacto da crise estrutural do capital (2009:12-3).

Um exemplo típico dessa “manipulação legislativa tendenciosa” é a maneira como as leis mais importantes de um país são elaboradas pela esfera executiva do governo, de forma que eles chegam a violar a lei dos direitos humanos em nome da manutenção da ordem estabelecida. Outro aspecto importante que deve ser observado é o retorno – nas duas últimas décadas do século XX – de um flagrante imperialismo, acrescido de uma vingança, depois de durante muito tempo ter se disfarçado com sucesso como um mundo pós-colonial de “democracia e liberdade”. Nas circunstâncias atuais, ele assume uma forma particularmente destrutiva, dominando essa fase histórica, articulado com “a afirmação aberta da necessidade de se envolver, no presente e no futuro, em ‘guerras ilimitadas’” (2009:13). Além disso, como mencionado anteriormente, nem mesmo recebeu decretar a “legitimidade moral” da utilização de armas nucleares – de forma “antecipativa” e “preventiva” – mesmo contra países que não possuem tais armas.

Daí resulta que desde que emergiu a crise estrutural do capital em 1970, a tendência que se coloca para os gravíssimos problemas apresentados pelo sistema capitalista é a de se acumularem e piorarem em todas as esferas, assim como no domínio da política. Contrariamente a todas as evidências, a lavagem cerebral existente da “‘globalização universalmente benéfica’ continua a ser propagandeado por toda a parte, pois não possuímos órgãos políticos internacionais viáveis capazes de reparar as consequências visíveis claramente *negativas* das tendências de desenvolvimento em curso” (2009:13).

Já a crise estrutural da política, Mészáros a concebe como

uma parte integrante da há muito supurada crise estrutural do sistema capitalista. É *omnipresente* e, conseqüentemente, não pode ser resolvida através da manipulação auto-perpetuadora e apologética de qualquer dos seus aspectos políticos isolados. Muito menos poderia ser resolvida através da manipulação da própria constitucionalidade, da qual podemos observar muitos exemplos alarmantes. Nem mesmo pela subversão e abolição de uma vez da constitucionalidade (2009:15).

Portanto, não se pode perder de vista que o atual modo de controle sociometabólico acha-se numa profunda crise. A resolutividade desse problema só pode ocorrer através da instituição de outro modo radicalmente diferente, fundado na igualdade substantiva que pela primeira vez na história se torna possível, segundo Mészáros.

Contudo, devido ao processo de destruição que ocorre até mesmo no meio ambiente, no campo da produção e na acumulação do capital, além das manifestações diretas e irresponsáveis da destruição militar, muitas pessoas hoje comungam da ideia que a atual “ordem metabólica social não é viável a longo prazo”. Assim, o que deve ser colocado em primeiro plano em termos da “nossa consciência crítica quanto às tendências de

desenvolvimento em andamento e ao seu *impacto cumulativo* é o facto de que o *longo prazo* se está a tornar cada vez mais curto no nosso tempo” (2009:15). Por isso, Mézáros chama a atenção para o facto de que “A nossa responsabilidade é fazermos alguma coisa quanto a isto antes que se acabe o tempo”.

Considerações finais

Diante do exposto, dada a natureza global das transformações históricas que aconteceram desde os dias de Marx até hoje, verifica-se a existência de um processo global de desumanização que vem ocorrendo desde o desenrolar do século XX. Devido à sua própria natureza, o capital foi capaz de impor à humanidade as desumanidades numa escala incomensuravelmente maior do que antes, ao mesmo tempo isentando muito convenientemente suas próprias personificações de culpa e responsabilidade. Ele modificou apenas sua forma anterior de funcionamento, utilizando agora todo o arsenal tecnológico e os mecanismos de destruição contra os obstáculos que teve de enfrentar e superar, conforme os ditames de sua própria natureza.

Com a ascensão da crise estrutural do capital, constata-se que os limites absolutos do capital são ativados, revelando um conjunto de contradições expressas na atualidade. Suas principais características são: o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais, já que a condição de sua existência é a oposição real ou potencial a outros Estados; a destruição e a devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres, pois, na verdade, há ausência da prática da igualdade substantiva – no processo de luta das mulheres, a sua inserção em massa na força de trabalho no século XX não resultou em sua emancipação; e o desemprego crônico, que traz como tendência a produção de uma “dinamite social” na própria estrutura do sistema do capital, pois ele mina a estabilidade social, desencadeando sérias consequências que vão desde a alta taxa de criminalidade entre os jovens até o perigo das graves agitações sociais. Suas formas de articulação e seus desdobramentos trazem o espectro da destruição, cujo caráter universal ameaça a humanidade por inteiro, colocando em risco não só a sua própria sobrevivência, mas também a sobrevivência do capital.

Portanto, é preciso tomar consciência da ativação dos limites absolutos do capital e atentar para as suas implicações destrutivas, evitando cair nas falsas ilusões quanto à saída da crise.

Além da esfera socioeconômica, a crise estrutural tem seus reflexos a incidirem de forma bastante ruidosa sobre as instituições políticas. A crise estrutural da política que emerge no mundo globalizado origina-se da própria crise estrutural do capital e não pode ser solucionada estritamente no campo da política, quer através da manipulação de políticas isoladas, quer da própria constitucionalidade com suas leis.

Constata-se também a própria arbitrariedade “legal” e “autoritária” existente no capitalismo globalizado, deixando de lado os problemas mais urgentes, que precisam ser solucionados porquanto causam sofrimento e danos a milhares de pessoas. Dessa maneira, não se podem corrigir os problemas crônicos da sociedade vigente pela via das

circunstâncias políticas.

Cumpra descobrir os nexos causais e as determinações estruturais existentes nas tendências negativas na lei e na política, para que se possam elucidar os motivos de sua persistência e agravamento nos dias atuais. Portanto, não há hipótese de se apreender a persistente crise política sem vinculá-la à crise estrutural do capital, de caráter universal, que vem se arrastando desde 1970.

Nesses termos, a superação dos graves problemas atuais somente é possível mediante a superação das condições objetivas existentes nesta sociedade, realizada pelos próprios homens, na busca da igualdade substantiva, ou seja, indo além do capital, conforme apontou Mézáros.

Bibliografia

BRAZ, Marcelo / NETTO, José Paulo. 2007. *Economia Política: Uma introdução crítica*. 2007. 3ª ed. São Paulo: Cortez. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

MANDEL, Ernest. 1990. *A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora da Unicamp/Ensaio. Trad.: Juarez Guimarães e João Machado Borges.

MARX, Karl. 1996. *O capital – Crítica da economia política*. Livro Primeiro, Tomo 1; Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MÉSZÁROS, István. 2002. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial. Trad.: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa.

------. *O século XXI, socialismo ou barbárie*. 2003. São Paulo: Boitempo. Trad.: Paulo César Castanheira.

------. 2006. *A Crise Estrutural da Política*. Este ensaio constituiu o discurso de abertura do 13º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Maceió, Brasil. <<http://resistir.info/>> (último acesso: 13/6/2006).

PIMENTEL, Edlene. 2012. *Uma “Nova Questão Social”? Raízes Materiais e Humanossociais do pauperismo de ontem e de Hoje*. São Paulo: Instituto Lukács. Site: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/18/internacional/1429312153_199778.html (último acesso: 18/4/2015).